

CORREIO NACIONAL



São Paulo é o estado mais atingido

Brasil chega a 16 mortes de intoxicação por metanol

O Ministério da Saúde divulgou na quarta novo boletim sobre intoxicação por metanol após consumo de bebidas alcoólicas. O número de mortes subiu para 16 em todo o país. São agora 97 casos registrados, sendo 62 confirmados e 35 em investigação. No geral, 772 suspeitas foram descartadas.

São Paulo é o estado mais atingido, com 48 casos confirmados, sendo cinco em investigação. Nove óbitos são do estado. 511 notificações de intoxicação foram descarta-

das pelas autoridades.

As demais mortes são três no Paraná, três em Pernambuco e uma em Mato Grosso.

Há outros 10 óbitos sob análise, com cinco em São Paulo, quatro em Pernambuco e um em Minas Gerais. Mais de 50 notificações de mortes já foram descartadas.

Foram confirmadas intoxicações por metanol também em outros estados: seis no Paraná, cinco em Pernambuco, dois em Mato Grosso e um no Rio Grande do Sul.

Três questões anuladas no Enem

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgou, nesta quarta-feira (19), quais são as três questões objetivas anuladas das provas do segundo dia do Exame Nacional do Ensino Médio, aplicadas no último domingo (16).

A publicação dos ga-

baritos foi antecipada em um dia, porque o Inep identificou, na internet, relatos de vazamento de questões similares às que caíram no Enem 2025, em uma transmissão ao vivo no YouTube, dias antes das provas. Por este motivo, a autarquia federal, decidiu anular três questões da prova de domingo.

Fim da Violência contra a Mulher

Entrevistada no Bom Dia, Ministra de quarta, a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, pediu engajamento dos estados na campanha mundial 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que começa nesta quinta-feira (20). A iniciativa reforça a prevenção, a reflexão e a ampliação

de políticas de proteção às mulheres. "Teremos os 21 dias de ativismo pelo fim da violência e racismo contra as mulheres. Começa amanhã, no Dia da Consciência Negra, e vai até 10 de dezembro", pontuou. A ministra adiantou que a pasta realizará uma série de ações ao longo dos 21 dias.

Soluções climáticas por mulheres

O tema gênero esteve no centro do debate da COP30 na quarta. A sessão "Mulheres: Vozes que Guiam o Futuro" integrou a programação das salas da Agenda de Ação e teve como objetivo mostrar como as mulheres contribuem e atuam pela ação climática. Na ocasião, foi exibido um vídeo como

resultado do projeto "Vozes dos Biomas", realizado em conjunto pelas envias das especiais da COP30 para Mulheres, Janja Lula da Silva; para Direitos Humanos e Transição Justa, Denise Dora; e para Igualdade Racial, Jurema Werneck. Durante o ano, elas visitaram os cinco biomas brasileiros.

Produção de algas pode ser solução

Nesta quarta-feira (19/11), o secretário-executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Edipo Araujo, participou do painel Seaweed and aquatic foods : blue solutions for climate resilience (Algumas marinhais e alimentos aquáticos: soluções azuis para a resiliência climá-

tica, em tradução livre), apresentando um tema emergente para a aquicultura e para o meio ambiente: a agricultura.

O painel foi promovido por diversas organizações internacionais de fomento da aquicultura, na COP 30, que acontece em Belém.

R\$ 4,5 bi em rede de hospitais

O Ministério da Saúde vai viabilizar a construção do Instituto Tecnológico de Emergência do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), o primeiro hospital inteligente do Brasil. O investimento, de R\$ 1,7 bilhão, será garantido a partir de uma coopera-

ção com o Banco do BRS, que faz a avaliação final da documentação protocolada pela pasta.

Com o uso de inteligência artificial e big data, a unidade representa um marco na modernização do SUS e pode reduzir em 25% o tempo de espera na emergência.

Presença de facções na Amazônia cresce 32%

Estudo na COP30 alerta para intersecção com crimes ambientais



A data de pagamento estabelecida pela facção é entre os dias 1 e 8 de cada mês

O "informativo" da facção criminosa Comando Vermelho (CV) chega pelos grupos de WhatsApp a pessoas envolvidas no garimpo ilegal em Alta Floresta, região amazônica do Mato Grosso. Desde meados de outubro deste ano, tornou-se "obrigatório" o cadastro e pagamento de mensalidade para todos que trabalham com balsas e escarriantes (equipamento de extração mineral em larga escala).

Os criminosos dizem que "todos os trabalhos ilegais dentro do estado de Mato Grosso são prioridade e voltados à organização", diz o texto.

A data de pagamento estabelecida pela facção é entre os dias 1 e 8 de cada mês, com tabela de valores de acordo com o equipamento utilizado.

"Lembrando que aqueles que não estiverem fechando com nós será liberado o mesmo ser roubado e também ser brechado de trabalhar. Se por acaso insistir será queimado sua máquina e poderá perder até mesmo a própria vida por estar batendo de frente", diz um dos trechos.

Estudo divulgado nesta quarta-feira (19) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) demonstra o avanço das facções criminosas na Amazônia Legal. O lançamento da pesquisa ocorreu em evento realizado no pavilhão da Fundação Ford na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mu-

danças Climáticas (COP30), em Belém.

A 4ª edição do Cartografias da Violência na Amazônia mostra que o crime organizado cresceu e chegou a 45% dos municípios que compõem a Amazônia Legal. Das 772 cidades, as organizações criminosas estão presentes em 344 delas, o que representa um aumento de 32% em relação a 2024, quando estavam em 260 municípios. A Amazônia Legal é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

"O estudo mostra que essas facções, majoritariamente

ligadas ao narcotráfico, veem na Amazônia e nos crimes ambientais novas formas de ganhar dinheiro e lavar dinheiro", explica Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ela avalia que o Estado brasileiro terá que buscar soluções para essa intersecção entre o crime organizado e o meio ambiente.

"Se isso já era um problema apenas do crime ambiental, quando chega o narcotráfico, ganha outro contorno. Estamos em um espaço de justiça climática e transição energética, mas nenhuma dessas soluções pode ser bem pensada no Brasil sem

cidadania e segurança nos territórios", complementa.

O estudo mostra que são 17 facções criminosas ativas na Amazônia. Além de CV e Primeiro Comando da Capital (PCC), destacam-se grupos regionais como Amigos do Estado (ADE), Bonde dos 40 (B40), Primeiro Comando do Maranhão (PCM), Família Terror do Amapá (FTA), União Crimiosa do Amapá (UCA), Comando Classe A (CCA), Bonde dos 13 (B13), Bonde dos 777 (dissidência do CV), Tropa do Castelar, Piratas do Solimões, Bonde do Maluco (BDM) e Guardiões do Estado (GDE).



Levantamento analisou 4,8 mil decisões jurídicas de 2025

Racismo: 30% dos casos são no ambiente de trabalho

O ambiente de trabalho é o principal lugar onde ocorrem denúncias de racismo e injúria racial no Brasil em 2025. Um levantamento da plataforma Jusbrasil, que organiza informações legais do país, analisou 4.838 decisões publicadas no período de janeiro a outubro e identificou que 30% delas (1.407) envolvem episódios ocorridos no local de trabalho.

Em 1.113 casos, havia vínculo direto entre empregadores e empregados, ficando atrás apenas das agressões cometidas por desconhecidos, que somaram 1.291 decisões.

"Quando analisamos dados jurídicos públicos de temas relevantes podemos contribuir para ampliar o debate e pautar políticas públicas necessárias para enfrentar problemas sociais como o racismo", diz Cecília Veloso, uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo.

Os dados mostram ainda que os espaços públicos aparecem como o segundo ambiente com mais ocorrências

(974), seguidos por estabelecimentos comerciais, que registraram 805 decisões no período analisado.

O levantamento revela que 39,5% das decisões resultaram em condenações na esfera criminal, somando 1.910 casos. A análise foi realizada a partir da base de 7 bilhões de documentos jurídicos públicos.

O estudo utilizou inteligência artificial para tratar palavras-chave, acompanhada por especialistas em informação jurídica.

Para a empresa, o acesso a informações estruturadas é fundamental para orientar debates sociais e institucionais sobre discriminação racial e injúria no país.

Os números reforçam a dimensão do problema no Brasil. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 mostra que, em 2024, foram registrados 18,2 mil casos de injúria racial e 18.923 de racismo.

No âmbito legislativo, a

Câmara dos Deputados apro-

vou, em abril de 2025, projeto que aumenta a pena para injúria racial quando o crime é cometido contra mulheres ou idosos. Entre os 1.407 episódios em ambientes de trabalho, 554 vítimas são mulheres, 239 são homens e, em 613 casos, o gênero não pôde ser identificado apenas pela leitura da decisão.

Pelo projeto aprovado, a pena – atualmente de dois a cinco anos, mais multa – poderá ser aumentada de um a dois terços se o crime for cometido contra mulheres ou idosos.

Os dados reunidos, segundo as pesquisadoras, reforçam a necessidade de políticas públicas específicas para enfrentar práticas discriminatórias em ambientes profissionais e outros espaços de convivência no país.

A divulgação da pesquisa dialoga com esse esforço e os atos em defesa da população afrodescendente no Brasil, que ganham destaque neste 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Novos benefícios sociais exigirão RG nacional

Os novos beneficiários de programas sociais sem biometria cadastrada precisarão emitir a Carteira de Identidade Nacional (CIN) a partir de maio. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) divulgou nesta quarta-feira (19) o cronograma para a adoção gradual do cadastro biométrico obrigatório em benefícios da Seguridade Social.

As regras serão formalizadas em portaria a ser publicada na sexta-feira (21) e fazem parte da estratégia de modernização e de prevenção a fraudes nos programas sociais. A exigência de biometria consta do pacote de corte de gastos, aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado. O tema foi regulamentado por decreto em julho deste ano.

Segundo o ministério, cerca de 84% dos 68 milhões de beneficiários já têm biometria registrada em alguma base oficial, como a Carteira de Identidade Nacional, o cadastro da Justiça Eleitoral ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Pessoas sem impressão digital poderão usar a biometria facial.

De acordo com o governo, a transição será gradual e não haverá bloqueio automático de benefícios nem necessidade de deslocamento imediato às unidades de atendimento. O procedimento será incorporado aos ciclos regulares de manutenção cadastral de cada programa.

Em entrevista coletiva, a ministra Esther Dweck explicou que a comunicação com os usuários será individualizada, para evitar filas e deslocamentos desnecessários. "O objetivo é combater fraudes e proteger recursos públicos, sem impedir o acesso de quem tem direito", afirmou.